

O quadro externo *divida externa*

Ao anunciar, na semana passada, que as conversações entre o governo brasileiro e os credores particulares serão reiniciadas "nos próximos dias" para o exame dos detalhes finais do acordo da dívida externa do País, o presidente do comitê de assessoramento dos bancos, William Rhodes, procurou afastar as especulações nos meios financeiros de que estaria havendo um retrocesso nas negociações por causa do agravamento da crise política. É uma tentativa de conter a rápida deterioração da imagem do País provocada pelas revelações da CPI do caso PC.

Esperamos que ele tenha êxito. Há um mês e meio, nem mesmo o anúncio dos termos do acordo em princípio da dívida externa brasileira foi suficiente para isso. A cotação dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário, que constitui a reação mais imediata da comunidade financeira a tudo que diga respeito ao Brasil, continuou a cair.

Depois de permanecerem durante muito tempo cotados entre 30 e 35 centavos de dólar, esses títulos, conhecidos como DFAs (Deposit Facility Agreements), subiram para 40,125 centavos há três meses, quando claramente as negociações do governo com os bancos caminhavam para uma conclusão. Foi pouco depois disso que Pedro Collor de Mello fez as denúncias que levaram à instalação da CPI. No final de junho, a cotação dos DFAs tinha baixado para 32 centavos, mas o anúncio, no dia 9 de julho, do acordo em princípio com os bancos elevou-a para 36,5 centavos.

Foi, porém, uma alta passageira. Na mesma época, quando surgiram evidências do envolvimento do presidente Fernando Collor de Mello com o esquema PC, a cotação dos DFAs retomou a trajetória descendente e chegou a 26,62 centavos na quarta-feira passada (33,6% menos do que a de maio), para fechar a semana pouco acima de 27 centavos.

É a expressão numérica da desconfiança com que o Brasil volta a ser visto no Exterior. Essa

desconfiança é perceptível também na resistência do mercado aos papéis emitidos por organizações brasileiras. Uma consulta realizada por um grande banco de investimentos norte-americano para a venda de bônus de uma estatal brasileira no valor de US\$ 110 milhões mostrou que o momento é inadequado, mesmo para uma estatal como a Petrobrás, que conseguiu realizar uma operação semelhante há não muito tempo.

Com seu anúncio na semana passada, Rhodes quer garantir condições para que, dentro de duas semanas, o acordo esteja concluído. O texto poderá, então, ser votado pelo Senado, para, depois de aprovado, ser apresentado a cada um dos cerca de 600 bancos credores. O acordo só entrará em vigor depois que obtiver a adesão da grande maioria desses bancos.

Se tudo correr como se deseja — isto é, se o acordo for concluído sem sobressaltos —, o Brasil poderá começar logo a reconstruir sua credibilidade, que já estava arranhada muito antes de a CPI revelar o grau de corrupção no governo.

O relatório de 1992 do World Economic Forum sobre a competitividade dos países de renda média (que ampliou de 10 para 14 a lista de países examinados) mostra que o Brasil foi superado pela Índia e hoje ocupa a 12ª posição (no ano passado era o 9º). O relatório refere-se ao período março/91-março/92, ou seja, grande parte na gestão do ministro Márcio Marques Moreira, quando a liberalização da economia (importante indicador de competitividade) avançou mais rapidamente. Se nem assim o Brasil melhorou sua posição, com a guerra do **impeachment** que o presidente se diz disposto a travar, "custe o que custar", conseguirá menos ainda.

Seria melhor que o presidente nos poupasse de mais esse sacrifício, que colocará o Brasil ainda mais para trás.

24 AGO 1992

JORNAL DA TARDE